

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: LEVANTAMENTO E ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Eixo Temático – Educação em Sexualidade e Desenvolvimento Humano: Teorias e Práticas

Gabriella Rossetti Ferreira ¹
Paulo Rennes Marçal Ribeiro ²

RESUMO

Posteriormente a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), em 1997, houve um aumento nas iniciativas de trabalho com a Educação Sexual, no entanto, sem concretizar ainda, uma política de formação que subsidiasse o ensino na escola. Se por um lado temos referências sobre a necessidade dos saberes e a construção do conhecimento em Educação Sexual, por outro, constata-se a falta de uma literatura científica sobre quais são os temas imprescindíveis a serem trabalhados. Esta pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento e a análise dos documentos oficiais no Brasil nos últimos 20 anos. Foram analisados o que está proposto nos documentos, enfatizando sua origem, perspectivas e temas. Foi possível concluir que, apesar dos retrocessos verificados nos documentos, ainda há temas pertinentes e importantes referentes ao trabalho com a Educação Sexual, que o relacional com a prática educativa e o contexto escolar. Sobre os temas encontrados, destacam-se: Direitos Humanos, corpo, gênero, sexualidade, preconceito e diversidade. Esses temas indicam o potencial de contribuição na formação de professores e alunos; na promoção de discussões, problematizações sobre Educação Sexual; e para a reorganização do currículo, possibilitando cada vez mais a inserção da Educação Sexual.

Palavras-chave: Educação sexual, Documentos, Propostas, Temas, Conteúdos.

INTRODUÇÃO

Durante o século XX, período em que os estudos sexuais tiveram um avanço significativo no Brasil, autores que deram sustentação teórico-metodológica ao campo sexual puderam constituir um *corpus* de obras que expõem o desenvolvimento do conhecimento sexual no país e a realização de diversas intervenções e projetos. Pode-se

¹ Pós Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara – UNESP, gaby_gabriella13@hotmail.com;

² Professor Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Araraquara – UNESP, paulo.rennes@unep.br

citar Goldberg (1981), Barroso; Bruschini (1982), Chauí (1985), Ribeiro (1990), Guimarães (1995), França-Ribeiro (1995), Sayão (1997), Werebe (1998) e Loyola (1998), dentre outros.

A partir da década de 80 do século XX, o Brasil assistiu a um processo de abertura política, o qual auxiliou na ocorrência de reformulações nos sistemas de ensino estaduais e municipais. Sobre esse assunto Nunes e Silva (2000) explicam que dos anos 1980 a 1990 a Educação Sexual se expandiu como prática institucional em muitos estados brasileiros, enquanto diferentes discursos sobre sexualidade começam a aparecer na mídia de massa – TV, rádio, jornal – tornando-se interesse social.

A sexualidade no ambiente escolar, na maioria das vezes, era vista como forma de prevenir ou sanar “problemas” de natureza sexual, porém, principalmente a partir da última década do século XX e primeira década do século XXI, autores como Nunes e Silva (2000); Figueiró (2006, 2009); Ribeiro (2002, 2004) trouxeram contribuições para que a Educação Sexual fosse abordada a partir de uma visão reflexiva, crítica e emancipatória, valorizando ações de cidadania e defesa de direitos, como defendem Maia e Ribeiro (2011); Ribeiro (2013).

Apesar de as atitudes e comportamentos sexuais se tornarem mais flexíveis, em contrapartida, o discurso de repressão enraizado na sociedade desde o século XIX, contrapôs-se a essas liberdades sexuais emergentes. Diversos autores apresentam estudos sobre a Educação Sexual e mostram a necessidade de investimento na formação de educadores apropriados para trabalhar com sexo e sexualidade na escola, como Goldberg (1981); Ribeiro (1990); Sayão (1997); Ribeiro (2002); Mariuzzo (2003); Ribeiro (2004); Maia (2005); Figueiró (2009); Leão (2009).

Ferreira (2015) aponta que em 1980, os órgãos públicos assumiram projetos de Educação Sexual na escola, como aqueles desenvolvidos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo e pela Secretaria de Educação de Campinas. Durante os anos de 1990, com a reforma do sistema educacional brasileiro, foram elaborados pelo Governo Federal, parâmetros para subsidiar o trabalho docente no tocante a temas e assuntos que não faziam parte da grade curricular, mas que eram considerados de relevância social.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1997, são constituídos por uma série de propostas educativas, estabelecidas pelo Ministério da Educação e do Desporto, com o objetivo de “apontar metas de qualidade que [ajudassem] o aluno a enfrentar o

mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1998, p.2).

Foi com a promulgação dos PCN que houve a facilitação e o estímulo para a inserção da Educação Sexual na escola, sobretudo com o desenvolvimento de projetos e efetivação de propostas a partir de ações realizadas por grupos de pesquisa vinculados a universidades (BEDIN, 2010) ou mesmo por ações isoladas de professores (VILELA; RIBEIRO, 2014).

Como ressalta Ribeiro (2009), o advento dos PCN pode ser considerado um avanço, porém, praticamente nada foi feito no sentido de formar professores capazes de trabalhar questões de sexo e sexualidade na escola. Perante essas circunstâncias, os professores ficaram sem saber como trabalhar a temática e, principalmente, sem acesso e conhecimento sobre a Educação Sexual, e quando o fazem, acabam por reproduzir conteúdos e conceitos de forma equivocada.

Atualmente, é fundamental pensar acerca da implantação da Educação Sexual nos espaços educativos de forma a possibilitar a reflexão e a reconstrução de valores ancorados no senso comum, propiciando a mudança de comportamento. Para Bozon (2004, p.14), a “[...] sexualidade humana implica de maneira inevitável, a coordenação de uma atividade mental com uma atividade corporal, aprendidas através da cultura”.

Enquanto a instituição escolar não oferecer possibilidades concretas de legitimação dos direitos sexuais, das diversidades, seja por meio das falas, dos textos ou das imagens, ela não estará cumprindo, de maneira integral, a sua função que é a de formar os cidadãos em plenitude (FERREIRA, 2020).

Contudo, o papel e a contribuição do professor como educador/ formador é extremamente necessária e essencial neste processo, uma vez que ele desempenha uma função decisiva na construção da identidade do indivíduo (VILAR; FERREIRA, 2009; MATOS; SIMÕES et al., 2010).

Os professores apresentam dificuldades no que se refere ao tema, tanto pelo despreparo para trabalhar com as questões da sexualidade na escola, que pode ter origem em uma educação familiar opressora, como também, em uma falha na sua formação acadêmica inicial, em que há pouca discussão sobre essa temática.

Egypto (1985) oferece outra contribuição quando afirma que, embora seja muito importante trabalhar a partir dos temas de interesses dos educandos, há temas que são indispensáveis e que os professores precisam abordá-los, mesmo que não solicitados.

Aliás, se por um lado temos referências acerca da necessidade dos saberes e sobre a construção do conhecimento sexual (RIBEIRO, 2009), por outro, sentimos falta de uma literatura sobre a produção de conhecimentos em torno das propostas de Educação Sexual no Brasil.

Partindo então deste princípio, temos como objetivo realizar um levantamento e, posterior análise dos documentos oficiais que têm orientado as propostas de intervenção em Educação Sexual no Brasil nos últimos 20 anos, para assim, posteriormente, traçar quais são os conteúdos indispensáveis e imprescindíveis no trabalho com a Educação Sexual.

MÉTODOS

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e é caracterizada como análise documental, que consiste na organização e interpretação de documentos previamente selecionados. Para Cellard (2008), a partir da análise documental é possível extrair informações, bem como, ampliar o entendimento sobre o objeto da pesquisa, cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. Além disso, o uso de documentos em pesquisa permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social.

Este tipo de pesquisa favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008).

A análise documental é uma técnica de pesquisa, que tem como fonte, documentos diversos que são analisados em profundidade para que deles sejam extraídas informações e indicações relativas ao objeto de estudo (PIMENTEL, 2001), e que permitam ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno que necessite de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

Coleta dos dados e análise dos dados

Foi realizada a coleta de dados por meio de uma pesquisa documental, colhendo informações sobre a Educação Sexual no Brasil em documentos federais, a partir do ano 2000.

Como descreve Bardin (2011, p.45), o primeiro momento de uma pesquisa

documental apresenta três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e, a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. É uma pré-análise que pode ser identificada como uma fase de organização.

Cellard (2008, p.301) recomenda que antes de escolher as fontes “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida” e, não se esquecer de verificar a procedência do documento.

E é nesse sentido que essa análise deverá fazer aparecer os chamados domínios não discursivos a que os enunciados remetem e nos quais eles de certa forma vivem as instituições, os acontecimentos políticos, os processos econômicos e culturais, toda a sorte de práticas aí implicadas. Tais domínios, porém, não podem ser vistos como expressão de um discurso, nem como seus determinantes, mas como algo que faz parte de suas condições de emergência (FOUCAULT, 1986, p.187).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos federais verificados nos últimos 20 anos estão vinculados ou são decorrentes de diferentes movimentos sociais e políticos que desencadearam mudanças de pensamentos e valores envolvendo atitudes e comportamento sexuais, que por sua vez, influenciam no modo como se configura o quadro de temas para o trabalho com a Educação Sexual.

As análises trazem os seguintes documentos: Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); Declaração dos Direitos Sexuais de 1997; Novas definições operacionais da OMS em relação à sexualidade em 2002, Plano Nacional da Educação - PNE - 2014-2024, Plano Nacional da Educação - PNE - 2014-2024, Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em geral, a maioria dos documentos incluem temas como cidadania e democracia nos currículos escolares, porém há muitos desafios a serem transpostos e não se pode abstrair de reescrever a história educacional brasileira baseada nos princípios dos direitos humanos, despertando a consciência da cidadania plena e da transformação social.

Foi possível compreender que o trabalho com a ideia de que os temas abordados em uma discussão que trate de Educação Sexual, gênero, sexualidade e diversidade podem dar abertura para o estudo de outros assuntos, pois ao observar e narrar como essas

questões incidem na mente e nos corpos humanos, explicita-se aquilo que algumas pessoas já sabiam e outras passaram a saber.

Pensando dessa forma, o trabalho com essas temáticas, podem abrir portas para outras discussões necessárias, dentre elas: respeito ao próximo, relações familiares, relação com os pares, discriminação e preconceito, paradigmas emancipatórios da Educação Sexual, conhecimentos sobre a história da humanidade e outros.

Fazendo um balanço sobre os temas que mais aparecem nas propostas de intervenção, destacam-se: Educação Sexual formal e informal, perspectiva histórica, gênero, discriminação e preconceito, professor e a Educação sexual, diversidade. Logo, temos o indicativo que eles sejam temas indispensáveis de serem abordados em qualquer formação em Educação Sexual. Vale frisar que mesmo esses sendo os temas mais abordados, eles não são os únicos, uma vez que as propostas de intervenção devem estar alinhadas com o público-alvo e sempre abertas às demandas que surgem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contrário do que vem sendo equivocadamente disseminado por todo o Brasil, os professores possuem um vasto arcabouço jurídico que os resguardam na sua função acadêmica para trabalhar com os temas referentes à Educação Sexual, gênero e sexualidade em sala de aula, que salvaguarda o direito de crianças, adolescentes e jovens ao acesso a esses conhecimentos. E além da legislação nacional, o país também faz parte de vários acordos internacionais sobre direitos humanos, direitos das mulheres, direitos das crianças, adolescentes e jovens, nas escolas, com relação a direitos sexuais e reprodutivos adequados a cada faixa etária.

Contudo, diante das garantias legais, é preciso que esse arcabouço jurídico esteja acessível e seja de conhecimento dos profissionais de educação e das escolas de todo o país, pois somente a partir do acesso à informação qualificada, comprovada por estudos científicos, será possível modificar o atual contexto de dificuldades relacionadas à Educação Sexual, e os temas que derivam deste assunto.

Não se deve deixar de lado a importância do engajamento dos alunos no que se refere ao processo reflexivo, a fim de que possam simultaneamente avaliar, refletir e amplificar os sentidos construídos sobre a Educação sexual e os diversos assuntos que envolvem este tema. Nessa situação, os professores tornam-se responsáveis também

por, além de contribuir na aquisição de novos conhecimentos pelos alunos, ainda mediar as informações acessadas tanto nas escolas como em outras fontes, como os meios de comunicação, em um processo crítico, reflexivo e responsável.

Este trabalho com os professores inclui o comprometimento com a luta pela garantia da construção de uma escola democrática e que ensine a produzir conhecimento partindo sempre da igualdade dos direitos e a valorização e respeito às singularidades. É importante que sigamos o trabalho de sujeitos da educação cientes de que, mesmo com dificuldades e os inúmeros entraves, a escola é um espaço no qual podem ser construídos e experimentados novos padrões de aprendizado, convivência e produção de conhecimento. Em vez de ameaças, intimidações, medo, é fundamental contribuir para uma escola pulsante, um cenário de liberdade e de dignificação da vida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. (Obra original publicada em 1977).

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Educação sexual: debate aberto**. Petrópolis: Vozes, 1982.

BEDIN, R. C. **A institucionalização do conhecimento sexual enquanto tema de investigação e ensino em universidades brasileiras a partir das ações de grupos de pesquisa**. Araraquara, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 13.003, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2014.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais brasileiros**, 1998.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual:** essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EGYPTO, A. C. À guisa de conclusão. In: BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude:** como discutir sexualidade em casa e na escola. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1985. p.79-82.

FERREIRA, G. R. **Cursos de formação em educação sexual que empregam as tecnologias digitais.** 215, 150 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2015.

FERREIRA, G. R. **Educação Sexual no Brasil: Levantamento e análise de documentos oficiais e propostas de intervenção nos últimos 20 anos.** 2020, 255p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual:** múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** – Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRANÇA-RIBEIRO, H. C. F. **Orientação sexual e deficiência mental:** estudos acerca da implementação de uma programação. 1995. 406f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

GOLDBERG, M. A. A. **Educação sexual:** uma proposta, um desafio. São Paulo: Aruanda, 1981.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual:** mito ou realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEÃO, A. M. C. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009, 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2009.

LOYOLA, M. A. (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas.** Coleção Saúde & Sociedade. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

MAIA, A. C. B. Sexualidade e Deficiências. In: MAIA, A.C.B.; MAIA, A.F. (ORG). **Sexualidade e Infância.** Cadernos CECEMCA n. 1. (p.178-198). Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca; Brasília: MEC/SEF, 2005.

MARIUZZO, T. **Formação de professores em orientação sexual:** a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas. 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MATOS, M.; SIMÕES, C.; TOMÉ, G.; CAMACHO, I.; FERREIRA, M.; RAMIRO, L.; EQUIPE AVENTURA SOCIAL. **A saúde dos adolescentes portugueses – Relatório do estudo HBSC 2010.** Lisboa: Centro de Malária e Outras Doenças Tropicais, 2010.

NUNES, C.; SILVA, E. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade. Campinas: Autores Associados, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Defining sexual health:** report of a Technical Consultation on sexual health, Genebra, 28-31 jan. 2002, Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2006.

RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual:** múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p.129-140.

RIBEIRO, P. R. M. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação:** aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2004, p. 13-25.

RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade na história. In: Ribeiro, P. R. M. (org.). **Sexualidade e educação sexual:** apontamentos para uma reflexão. 1.ed. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial FCL, 2002. p. 9-16.



RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: E.P.U., 1990.

SAYÃO, R. **A educação sexual nossa de cada dia**: os desafios enfrentados no cotidiano escolar, São Paulo: FDE, 1997. p.269-281. (Série Ideias, n. 28).

VILELA, G. J. D.; RIBEIRO, P. R. M. Discursos, sujeitos e educação sexual na escola. In: MOMESSO, M. R.; ASSOLINI, F. E.; CURCINO, L.; BURLAMAQUE, F.; PALMA, G. M. (Orgs.). **Das práticas do ler e escrever ao universo das linguagens, códigos e tecnologias** (p. 251-266). Porto Alegre: Cirkula, 2014.

WEREBE, M. J. G. **Sexualidade, política, educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.